



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

1 – As dificuldades económicas que o país vinha enfrentando levaram o governo, de então, a pedir a ajuda externa;

2 – O jornal de negócios a 12 de abril de 2011, noticiava que: “Portugal só tem financiamento até Maio”;

3 – Esta notícia era, desta forma, uma prova de que todos quantos dependem do orçamento do país, estavam na iminência de não vir a receber;

4 – Teixeira dos Santos afirmava ainda que, "Enfrentamos uma situação na qual precisamos de compromisso de todo o País", acrescentando que "obviamente não chega o compromisso do Governo. Para tal é preciso o compromisso do País, incluindo outros partidos";

5 – Indo ao encontro desta vontade foi firmado o primeiro memorando de entendimento entre os três partidos do arco da governabilidade e a troika (17 de maio de 2011);

6 – Desse documento consta o seguinte compromisso:

*“Despesa*

1.7. Melhorar o funcionamento da administração central, eliminando duplicações, aumentando a eficiência, reduzindo e extinguindo serviços que não representem uma utilização eficaz de fundos públicos. Tal deverá resultar em poupanças anuais de, pelo menos, 500 milhões de euros. Planos pormenorizados serão apresentados pelas autoridades portuguesas e avaliados **até ao T12012**; e os impactos orçamentais serão distribuídos até 2014. Para este fim, o Governo irá:

- i. reduzir o número de serviços mantendo a qualidade na prestação de serviço público;
- ii. criar um serviço único tributário e promover serviços partilhados entre as diferentes áreas da Administração Pública;
- iii. reorganizar as administrações local e regional e a prestação de serviços da administração central a nível local;
- iv. avaliar periódica e regularmente a eficiência e eficácia (*value for money*) dos diversos serviços públicos que integram as Administrações Públicas, tal como definido em contabilidade nacional;
- v. promover a mobilidade dos trabalhadores nas administrações central, regional e local;
- vi. reduzir as transferências do Estado para Serviços e Fundos Autónomos;
- vii. rever as políticas remuneratórias e as prestações acessórias (*fringe benefits*) das entidades públicas e das entidades que estabelecem com independência os seus regimes de remuneração;
- viii. reduzir subsídios a produtores privados de bens e serviços.”;

7 – As populações do interior do país são as que mais vão sofrer com a utilização de critérios de eficiência, que não tenham em conta o prejuízo social;

8 – A opção não tem em conta critérios de coesão territorial, podendo a medida aumentar a diferença entre litoral e interior, dado que o movimento migratório permanecerá e aumentará do interior para o litoral;

9 – Os concelhos de Penalva do Castelo e Penedono são dois dos locais, que podem vir a ver encerrados os de serviços de finanças;

10 – As populações convocaram entretanto um plenário dos habitantes, do qual resultou a elaboração de uma carta dirigida à Senhora Ministra.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Ministra das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – O Ministério das finanças está a pensar encerrar ou reduzir serviços, nas repartições de finanças do distrito de Viseu?**

**2 – Quais são os critérios que, Vossa Excelência Senhora Ministra, escolheu para definir os serviços a encerrar?**

**3 – Em caso de opção pela redução de serviços, quais são os serviços considerados mínimos?**

**4 – Sendo retirados os serviços às populações, que alternativas serão criadas para servir as populações e em que circunstâncias?**

Palácio de São Bento, quinta-feira, 5 de Dezembro de 2013

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)